

## **ENTREVISTA**

**"O homem sempre deve servir. Ele serve aos filhos, educando os filhos. É como o professor que serve ao aluno. É como a autoridade, cuja função máxima é servir. Isso é que a autoridade precisa aprender."**

**"Austeridade, o juiz deve tê-la, mas, austeridade não significa cara feia, não significa cara fechada, não significa virar as costas para os outros... Ame sempre; ame a todos, porque você terá, tenho certeza absoluta, a retribuição desse amor."**

**"O homem público, se entrar pobre, tem que sair pobre; ... se não, esse, para mim, pode sair direto para a penitenciária porque não presta."**

**"O ócio é o inimigo número um da perfeição, porque quem não tem o que fazer acaba fazendo o que não deve."**

**"Confesso que fui premiado por Deus. Tenho uma esposa magnífica e tenho filhos maravilhosos. Agora tenho netos também, que me envolvem."**

**PERGUNTA:** O senhor foi Observador Internacional, representando a Justiça Eleitoral Brasileira, além de Corregedor Eleitoral. Que solução o Brasil teria para o impasse político do sistema eleitoral – Para a solução do impasse político que sempre viveu, de Deodoro a Fernando Henrique Cardoso?

**MINISTRO:** Tivemos fases curiosas no Brasil. Antigamente tínhamos, segundo já ouvimos falar, as eleições que eram feitas no lápis, não creio que isso seja verdadeiro, porque acredito que a melhor eleição é aquela onde o povo, com toda liberdade, gostaria de ter condições de escolher, errando, acertando, mas escolhendo quem acha certo para aquele momento, para aquele cargo.

Na Corregedoria Eleitoral, também como observador, tive oportunidade de ver isso nos países latino-americanos e na América Central; notei que os problemas deles são mais ou menos parecidos com os nossos. Em primeiro lugar temos um grave problema em toda a América Latina, que é, ainda, um grande número de analfabetos, o que prejudica bastante o desenvolvimento do processo eleitoral como se pretende que seja feito.

No Brasil, temos notado que as coisas estão começando a melhorar, mas que ainda temos algo que considero desagradável. Para cada eleição se faz uma lei e acho que isso não é bom, aliás, também não é nada prático. Todas as vezes que chega uma eleição, aqueles elementos dos partidos, os candidatos ou, digamos, todo um contingente eleitoral, inclusive o próprio eleitor, tem dúvidas quanto ao seu procedimento, porque as leis se alteram e se modificam as condições necessárias àquela determinada eleição.

**PERGUNTA:** O legislador, no caso, poderia melhorar esta situação?

**MINISTRO:** Vou citar um exemplo. Na ocasião das eleições, quando eu estava na Corregedoria, pois, cabe ao Corregedor zelar pela lisura do pleito, pude apurar que em eleição realizada no período anterior, e era recentíssimo, porque tínhamos tido uma eleição municipal e fomos para a eleição presidencial; portanto, um período de tempo bem pequeno. Recordo-me que estava fazendo um trabalho da Corregedoria do Estado de Sergipe e pediram-me para dar uma entrevista no programa Bom dia Sergipe. O redator, fez-me uma pergunta que esclareceria aos eleitores ouvintes sobre o problema de propaganda de boca-de-urna. Perguntou-me ele: Ministro, as regras continuam iguais, ou seja, somente é permitido propaganda de boca de urna a cem metros de distância? Respondi que a lei alterou completamente, mas não é permitido mais, será crime a prática da propaganda de boca-de-urna.

Ao final da entrevista ele me disse: "Ministro, estou numa situação difícil, porque sou Professor da Universidade e disse aos meus alunos que eles poderiam fazer a propaganda, sempre observando os cem metros". Disse que ele

não tinha culpa e que poderia esclarecer aos seus alunos que, o que aconteceu com ele acontece com todos os brasileiros; a lei mudou e nem houve tempo para que os eleitores tivessem conhecimento pleno dos novos mandamentos eleitorais. Portanto, ainda estava com a cabeça voltada para um período de leis anteriores, que por um enorme período permitiu essa propaganda a uma distância de cem metros e que hoje é proibido.

Acho que só temos um remédio, que é fazer uma lei eleitoral para sempre. A lei eleitoral tem que ser para sempre, se houver necessidade far-se-á a modificação, a revogação de determinado dispositivo que seja de acordo com o tempo necessário se alterar. Agora, a base, os princípios, são sempre os mesmos. Não vejo razão para que se faça uma lei para cada eleição. Que seja feito uma lei para sempre, pelo menos pelo maior tempo possível. E, tudo o que for necessário, por causa das modificações naturais, porque como o Direito é uma ciência estritamente evolutiva, tem que acompanhar os progressos e as modificações sociais. Então, adaptar-se-á àquilo que for necessário às condições sociais modernas. É óbvio que feito isso estar-se-á mantendo uma única lei.

Precisamos que haja uma lei única e que o eleitor seja um conhecedor profundo dela. Assim, não haverá possibilidade de dúvida sobre o seu comportamento ou procedimento no processo eleitoral. Acredito que esse seria um dos meios para modificarmos, seria essa a primeira coisa que teríamos de fazer. Outras acho muito difícil, será necessário que talvez uma ou outra coisa, como por exemplo as questões de propaganda e do financiamento de campanha, que têm de ser uma coisa muito bem estruturada para evitar a possibilidade de coisas desagradáveis, de posições nefastas no processo eleitoral. Todos sabemos que a questão de financiamento de campanha tem de ter regras bem definidas para que todos aqueles que resolvam ser candidatos tenham condições máximas de igualdade, para que não haja diferenciação por questões financeiras, para que não seja beneficiado "a" em detrimento de "b". Isso também temos de fazer. Se fizermos com que essas normas sejam bastante rígidas, que sejam cumpridas e que não sejam modificadas a qualquer instante.

**PERGUNTA: O Franco Montoro, por exemplo, foi sempre um defensor do Parlamentarismo e, com o seu falecimento, o Parlamentarismo perdeu um grande aliado. O senhor acredita que o Parlamentarismo, no caso, é um bom sistema para o Brasil?**

**MINISTRO:** Já fizemos experiências no Brasil, mas elas não foram verdadeiras. O Parlamentarismo foi um sistema trazido na hora para cobrir uma situação difícil, para resolver um impasse momentâneo, mas sabíamos que tinha um prazo determinado. Quando da Revolução de 1964, em que houve aquele problema em que, o Jango Goulart, não iria tomar posse. Então, acabou-se aceitando o Parlamentarismo, que era uma imposição do momento institucional; aceitou o

Parlamentarismo, mas sabíamos que na primeira oportunidade acabaria, como acabou.

Tivemos, na realidade, uma experiência que não podemos dizer válida, porque não foi uma experiência de desejo da população para que se observasse esse sistema de Governo. Acredito que se houvesse interesse da população brasileira, o desejo de transformar o sistema, aí sim, veríamos a possibilidade do seu bom encaminhamento no país. O Parlamentarismo para mim é um sistema extraordinariamente belo e bom para todos os povos que possam aplicá-lo convenientemente, porque o Governo passa a ser exercido diretamente pelo povo, com seus representantes. E, no momento em que não serve, pode cair o Gabinete, pode trocar. Não sei se daria certo no Brasil, acho que deveríamos ter uma fase experimental. O Parlamentarismo é para mim um sistema extraordinariamente bom, mas gostaria que o Brasil tivesse um período efetivo, mas após um plebiscito onde o povo demonstrasse a vontade da prática, e não como foi feito, apenas para tapar determinados momentos históricos que conhecemos. Aquela parte não valeu, pelo menos não foi o que pretendíamos que acontecesse.

**PERGUNTA:** O senhor foi Vereador, Presidente da Comissão de Cultura, da Comissão de Finanças, da Comissão de Constituição e Justiça e Presidente da Câmara. O senhor teve muitos projetos que, de lá para cá, lutou para que fossem executados na sociedade, no meio em que o senhor atuou?

**MINISTRO:** No âmbito municipal tive um projeto que achei muito importante, que foi a Lei de Loteamento, porque na minha cidade não havia uma norma. O homem menos favorecido pela sorte comprava um lotezinho de terra, mas era um loteamento mal feito, sem condições de saneamento. Então fiz, na época, um projeto de lei que era muito rígido e que exigia que os loteadores observassem normas para que, no futuro, aquelas pessoas tivessem condições boas de vida naqueles locais, com melhoramento do saneamento básico, que tivessem condições práticas, inclusive eu determinava espaços necessários e bons para a localização de escolas, enfim, para que a família tivesse condições de vida naquela localidade, pois, eu notava que a ausência das regras fazia um verdadeiro aglomerado onde as condições de vida passavam a ser subumanas. Esse não era um projeto que servia apenas para a minha cidade e sim para todos os locais onde pudessem ser adotados. Na minha cidade foi adotado. Porém, tive um problema que era muito difícil, o chamado de papa-defunto.

**PERGUNTA:** Parece-me que não houve uma solução até hoje.

**MINISTRO:** Na minha cidade tivemos e acabamos com isso, pois instituímos um serviço funerário municipal, tendo em vista que a exploração pública era muito grande, era uma verdadeira competição até pelos cadáveres que saíam da Santa Casa, dos hospitais pobres, eram disputados aqueles corpos, era uma vergonha,

porque a prefeitura pagava também para eles, era uma disputa desairosa que acontecia.

Na época transformei os serviços funerários em serviço municipal e, graças a Deus, deu bom resultado, passou a funcionar, a ser dirigido pelo próprio poder público, o preço era razoável para que todos tivessem condições e, aquele que não tivesse condições, teria o atendimento gratuito. Graças a Deus conseguimos isso.

A minha competência era uma área municipal e área municipal é muito restrita, mas o projeto que fiz foi mais um projeto de saneamento básico, um projeto cultural, em que procurei levar o máximo possível a escola para todas as localidades, para que nenhuma criança ficasse sem escola. Muitos municípios não têm condições financeiras, vivem com dificuldades, mas, diante da dificuldade eu conversava com os professores, fazíamos reuniões e víamos qual a contribuição que eles poderiam dar à sociedade naquele aspecto. E conseguimos fazer muito boas coisas na minha cidade.

Hoje, já não sei como está, mas acredito que a questão saúde e educação que são coisas básicas para mim e que todo homem público tem de lutar muito por elas e fazer tudo para que todas as pessoas tenham condições de alcançá-las. Não é fácil, mas precisamos ver o que está acontecendo com o problema cultural e, principalmente, com o problema da saúde; que o Ministério tem feito uma série de transformações e modificações para que todos possam ter atendimento.

Não justifica, por exemplo, que um homem que contribuiu a vida inteira para uma instituição previdenciária e na hora em que ele necessita de um pequeno atendimento, de uma pequena consulta, acaba até com a possibilidade de morrer em uma fila, porque não tem atendimento, morre à míngua, porque não tem sequer um comprimido para ser dado a esse cidadão. É revoltante pensar nessa possibilidade, temos de dar um maior amparo. E, logicamente, a própria sociedade tem que contribuir naquilo que puder, da forma como puder. O meu medo é que neste país não se cumpre muito as leis que são feitas. O Ministro da Saúde, Adib Jatene, que é meu amigo, estudamos juntos, fomos companheiros em sala de aula, colegas de classe e que todo mundo conhece porque é um homem nacional de grande circuito e de grande mérito. Quando ele me dizia que tinha necessidade daquele Imposto da Saúde, o CPMF, eu disse, conversando uma noite com ele: eu concordo com você, vai ser aprovado porque tem o seu aval, e o seu aval tem uma respeitabilidade pública muito grande; só que, infelizmente Adib, serei franco com você: vão aprovar, mas a saúde pública não vai ver nada. Deu no que deu, está aí a resposta e ele hoje não está mais no Governo e nesse sentido não pode fazer nada. De maneira que as coisas são direcionadas para um ponto e depois divergem para outro. E como também no campo do Direito Penal: a violência hoje grassa no país em uma faixa extraordinária. Só se ouve falando em violência, violência. O poder público está chegando a um ponto que não tem mais condições de fornecer os mínimos elementos para dar um pouco mais de tranqüilidade à sociedade. Está acabando.

Estamos vivendo, cada vez mais, uma situação desesperadora neste setor da violência.

**PERGUNTA:** Na época em que o senhor era vereador, havia uma criminalidade razoável, que já causava preocupação? O senhor participou da Comissão de Constituição e Justiça?

**MINISTRO:** Não. Na esfera municipal não víamos isso, mas posso dizer que, como era militante, advogado, inclusive era Presidente da Associação dos Advogados na minha região, notei e conversava com os colegas, fazíamos palestras e sabíamos que havia violência, mas era muito restrita e insignificante. Mas, várias condições levaram ao aumento da violência. A própria condição da vida social, as dificuldades financeiras, a própria "consumocracia" que hoje temos. Chamo de "consumocracia" essa vontade de consumo que faz com que o homem se desespere, que queira adquirir coisas que não tenha condições e acaba usando de meios ilícitos para conseguir aquilo que a sociedade acha que é interessante para todos.

Tudo isso contribuiu para que o homem se transformasse muito. Costumo dizer que no meu tempo os ladrões eram românticos. O ladrão queria o dinheiro e o bem de uma forma ilícita, mas a maneira de obter era outra, ele se vangloriava em dizer: "eu nunca na vida pus a mão em uma vítima". Recordo-me de ouvir isso de um ladrão. O problema era saber tirar as coisas com o chamado "mão-leve", sem machucar, sem ferir. Hoje é o contrário o cidadão, às vezes não rouba nada mas mata pelo simples prazer de matar. Sabemos que a droga também tem muita influência nisso, mas temos que ter certas soluções e uma delas é não permitir a impunidade.

Hoje vi em um programa de televisão, em São Paulo, quando o câmara focalizou uns homens roubando e a câmara focalizou inclusive um deles cometendo violência. Eles entravam na cadeia e saíam no dia seguinte. Quer dizer, algo deve estar reinando na margem esquisita, ou seja, algo está acontecendo de errado, alguém está usufruindo disso. É muito perigoso e temos que fazer muita modificação.

E perguntaram-me sobre a questão da capacidade penal. Hoje não justifico mais a impunidade para aqueles que tenham menos de 18 anos. Temos que exagerar, eu poria a idade de 16 anos para começar, porque quando a nossa lei penal foi estabelecida, em 1940, portanto, há quase sessenta anos, e tenho a impressão de que houve uma pequena modificação nesses sessenta anos. Parece-me que houve um progresso. Não sei se é muito grande, mas o fato é o seguinte: naquela época, não tínhamos televisão, o nosso rádio era precário. Então, um jovem não tinha as informações que tem hoje. Hoje, um jovem com dez, onze anos, tem mais informações do que um jovem daquela época, com seus dezoito, vinte anos. É bem verdade que a nossa lei civil dava ao homem, que se formava no curso superior porque já tinha um conhecimento pleno, a



capacidade para aqueles que atingissem a maioridade com 18 anos. Durante muito tempo foi dessa forma. É lógico que o homem era preparado de uma outra maneira que hoje não se concebe mais. Recordo-me bem que o jovem tinha de entrar em casa, nunca se via um moço com menos de vinte anos depois das 22 horas nas ruas. Não existia. Quer dizer, hoje é o contrário, o jovem sai às 11 horas da noite para a rua. Naquela época tinha que estar em casa antes das 22 horas. Então o seu posicionamento com a família, os meios de locomoção eram fáceis, o trânsito permitia e não havia o que há hoje. Hoje o rapaz quando chega aos dez anos tem uma informação completa. A moça não pode se dizer que ela possa ser seduzida como era antigamente, com dezesseis anos você permitia que uma moça podia ser seduzida e com menos de dezesseis anos... porque hoje uma moça com 14 anos de idade tem uma experiência completa de vida, sabe tudo; basta dizer que já se dá aulas de educação sexual nas escolas. Há alguns anos não se falava em sexo porque era pecado. O jovem de hoje é um homem tão preparado por causa do volume de informações que recebe, está tão preparado que as próprias autoridades entenderam que ele tinha condições de escolher os seus governantes, permitindo votar aos 16 anos. Então, veja a incoerência desta lei. Se ela permite que um jovem com 16 anos possa votar é porque ela tem o entendimento de que o jovem possui discernimento para tal. Se ele possui discernimento para tal, é um homem que já tem condições de consciência formada; se ele cometer um crime eleitoral, porém, se ele fraudar as eleições, não pode ser punido, embora esteja cometendo um crime; embora, ele possa cometer, por ser eleitor, não será responsabilizado penalmente, porque não tem 18 anos. Isso é um absurdo, uma incoerência. Se ele fizer certo, está muito bem; se fizer errado não existe problema. Um rapaz aos 16 anos que já possui casa, mulher, filho, mantém relações normais com a esposa, não possui condições de saber se pode ou não matar alguém, se é crime ou não. Ele comete um crime bárbaro, estupra, mata e não pode ser responsabilizado pelo crime por não ter 18 anos? Ele, então, não tem responsabilidade? Já chegamos a um ponto em que a sociedade deve alterar isso. Temos, hoje, de modificar. Eu sei que grande parte da violência também é causada pelas drogas. Temos um projeto de combate à violência causada pela droga. Fui o coordenador do projeto que está na Câmara, um trabalho de modificação da Lei de Tráficos e Entorpecentes. Então, conheci bem a realidade da questão do entorpecente no país, desde aqueles locais onde são produzidos, onde são vendidos, onde são exportadas. Estudei tudo isso para fazer um trabalho no Brasil inteiro, nas regiões onde há maior incidência do tráfico de entorpecentes. A essa altura, vi que temos que tomar muito cuidado com os nossos jovens que estão sendo muito atingidos pelas drogas, mas isto não impede que autorizemos a modificação da capacidade penal, porque o nosso jovem já tem compreensão no sentido do que pode ser feito ou não.

**PERGUNTA: O senhor se elegeu vereador. A sua campanha tinha "slogan", cabo eleitoral, comícios inflamados, distribuição de santinhos, almoços, jantares, promessas?**



**MINISTRO:** A minha campanha foi pobre, nunca tive santinhos. A minha campanha foi curiosa, tive uma vantagem muito grande, porque lecionei como professor primário, sendo essa a minha primeira atividade. Comecei a minha carreira profissional como professor primário, depois passei a ser professor secundário. Sempre fui professor. E, quando fui candidato a vereador, eu já era professor e os meus alunos sempre foram meus grandes amigos e são até hoje, o que me deixa muito contente; foi muito gratificante a minha vida de magistério. Uma coisa de que tenho muito orgulho na vida é quando ouço a palavra – professor – como ouvi ontem no aeroporto quando estava chegando, olhei e era um homem já feito, maduro, que havia sido meu aluno na turma de 1968 na Faculdade de Direito. Isso me orgulha muito, dá-me muita satisfação, porque ainda tenho o carinho daqueles que um dia conviveram comigo em uma sala de aula.

Quando eu era candidato, a rapaziada sempre me ajudava. Recordo-me bem da eleição, em que, fui o primeiro mais votado da cidade; foi curiosa! Cheguei para meus alunos e disse a eles que eram meus melhores eleitores e meus melhores cabos eleitorais, e disse-lhes: desisto da eleição e não vou mais ser candidato, porque não tenho condições, não posso despende de nada porque estou com a minha esposa recém saída de um hospital, onde ficou por muito tempo, o caso dela é muito grave, ela está mal, não sei quanto tempo terá ainda de vida, mas logo depois ela faleceu. Então, não tenho condições, não posso disputar a eleição. Qual foi meu espanto, vieram alguns alunos conversar comigo: "Professor, você não vai desistir. Não queremos que você desista. Vamos continuar o trabalho apresentando o senhor, indo a todos os lugares que temos que ir." Eles fizeram uma reunião e pediram que eu comparecesse. Quando cheguei nessa reunião tinha quase 200 pessoas. Estabelecemos um plano de trabalho: cada grupo nosso vai trabalhar na sua própria região, rua, bairro, pelo seu nome. O senhor pode deixar por nossa conta. Só queremos que no dia da eleição você esteja em um lugar em que possamos encontrá-lo a qualquer momento. E eu fui o mais votado da cidade. Não houve despesa porque eles trabalharam, convenciam os familiares e amigos e assim acabei sendo eleito por eles. Esta foi minha disputa eleitoral.

Tenho sempre em conta isso: o homem público, se entrar pobre, tem que sair pobre; se entrar rico, pode sair do mesmo jeito, mas nunca pode sair rico do poder. Se ele sair muito rico, a não ser que, tenha herança ou bens de família, se não, esse, para mim, pode sair direto para a penitenciária porque não presta.

Fui eleito pobre e quando terminei meu primeiro período mais pobre era. No segundo, fui eleito e também saí de lá sem nada. Mas não me incomodo, porque foi gratificante.

**PERGUNTA:** Um vereador, em franca ascensão, larga a política e abraça a magistratura por toda a vida. Há um paralelo ou um paradoxo entre a

política e a magistratura, ou foi uma tomada de uma posição moral e ideológica?

**MINISTRO:** Posso dizer o seguinte: sempre admirei a magistratura. Quando era político não entrei direto na magistratura. Mas meu último período na política – vamos dizer, quase no final – foi difícil, porque, infelizmente, o homem que estava na chefia do Executivo, não estava correspondendo. Foi então que desenvolveu um processo de “impeachment”, fui eleito, por unanimidade, para membro da Comissão da Câmara e para Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Nessa época adotamos a lei que era para o Senado e eu nunca tinha visto ninguém usá-la, mas tive que adaptá-la à questão municipal. Foi feita a Comissão de Inquérito, o processo correu normalmente durante muito tempo e exigi uma ampla defesa para o prefeito.

**PERGUNTA:** O senhor era o Presidente da Câmara?

**MINISTRO:** Não. Eu era o Presidente da Comissão. Quando terminaram os trabalhos da Comissão que tinham que ser levados à Câmara, o relatório para a aprovação da Câmara, que era verdadeiramente o processo do “impeachment” foi aí que fui eleito Presidente da Câmara. Quando tomei posse na Presidência da Câmara o processo veio da Presidência da Comissão, que ia acabar sendo Presidente para reunir o processo para decidi-lo. O processo teve o seu prosseguimento e, na época da aprovação foi adaptado, e eu funcionei como Presidente; porque eu não podia convocar o Presidente, porque na esfera federal é o Presidente da Suprema Corte e na esfera estadual eu nunca tinha visto um *impeachment* de governador, portanto não sei como procederia. Na municipal não podíamos convocar um juiz da comarca, porque a lei não permitia. Continuei na Presidência do Trabalho e deu resultado. Presidi. Fiz questão absoluta que fosse levado até o final, a máxima liberdade possível da mais ampla defesa. E foi feito. Tive uma aventura muito grande. O advogado do prefeito, excelente advogado, desembargador aposentado, jurista, autor de várias obras, um dia chegou para mim, um homem muito distinto, inteligente, e disse-me:

Eu fui juiz, fui um grande jurista e vou lhe dizer uma coisa: você deveria ser juiz, porque política para você não é bom. Você nasceu para ser juiz. Você tem tudo para ser juiz. Pelo seu procedimento é que vim cumprimentá-lo. Vim abraçá-lo, porque você conduziu esse processo de uma forma extraordinariamente bela. Você funcionou como um verdadeiro juiz, deixando a política de lado; quero cumprimentá-lo.

Ou seja, veio cumprimentar-me exatamente o advogado de um homem que estava sendo julgado. Foi julgado, afastado, perdeu a defesa perante o Judiciário local, depois perdeu perante o Tribunal de São Paulo, perdeu em Brasília, no Supremo Tribunal Federal e perdeu o mandato e foi afastado.

Logo em seguida, comecei a ser procurado como advogado. Uma vez fui ser advogado em um processo de *impeachment* em Mogi das Cruzes, que deu

uma grande publicidade no Brasil inteiro, a televisão que tínhamos era a TUPI, Era a única em 1960. Então, aquilo esparramou pelo Brasil todo, todo mundo falava e comentava. Vieram Vereadores de Niterói conversar comigo; fui a Niterói fazer visita, fui a Mogi das Cruzes. Acabei ficando advogado em Mogi das Cruzes, porque o Prefeito de Mogi das Cruzes perdeu o mandato. Fui para Niterói conversar com o pessoal da Câmara, que também havia perdido o mandato. Comecei a advogar, mas o problema da magistratura ficou na minha cabeça e continuei advogando.

Quando fui eleito Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil, tínhamos um problema curioso, porque o problema da Ordem na época, hoje o número de advogados é muito grande. A Ordem, hoje, reúne-se na Câmara, tem turma julgadora etc. No meu tempo a Ordem era pequena. Éramos dezoito representantes do Estado de São Paulo inteiro. Era um conselho de dezoito que discutiam todas as matérias. A Ordem tinha vários processos que eu era obrigado a participar como juiz e gostava daquilo. Um belo dia, na própria Ordem, quando foi criada a Justiça Federal, meus colegas disseram: vamos pôr o seu nome para ver se você vai para a magistratura. Eu acabei entrando. A Ordem fez uma solenidade para mim, na qual entreguei a carteira da Ordem.

Então, entrei para a magistratura. Nessa época eu estava na advocacia, estava muito bem, tinha uma bela banca, em pleno desenvolvimento, inclusive estudava bastante. Lembro-me que na época, só de advocacia, eu ganhava seis vezes mais do que eu ganharia como juiz. Na advocacia de partido, não naquela que eu ganhava mais, era aquela que eu tinha fixa para dar um atendimento a fulano, beltrano e sicrano e à empresa. Eu ganhava seis vezes mais do que ganharia como juiz. Mas eu gostei e fui fazer uma experiência e gostei muito. Na época fui convidado para trabalhar no Tribunal de Contas pela Câmara, esta quis me eleger, por unanimidade, fizeram um abaixo-assinado para que eu fosse Conselheiro do Tribunal de Contas. Agradeço a honraria, fico bastante comovido, mas estou muito feliz como juiz; não quero abandonar. Se fosse por dinheiro, tive a melhor oferta de minha vida, na ocasião em que eu era oficial interino do Cartório do Registro de Imóveis de Santo André, que era do meu tio, eu seria o oficial maior, por que ele não tinha ninguém para ser o herdeiro, eu seria o herdeiro do cartório. Era o cartório de registro de imóveis mais poderoso da região, se você tiver um terreno ao lado da Volkswagen, Mercedes Benz, Fontoura Whait ou, então, para o lado de São Caetano do Sul, ou perto da Química em Ribeirão Preto você tem de se dirigir a Santo André para pegar no cartório. Então, é ele que interessa, é ele que vai ganhar dinheiro com isso. Poderia ter sido eu, porque o rapaz que ficou em meu lugar eu me lembro eu pagava um aluguel de casa no valor de três mil cruzeiros na época e o rapaz que acabou ficando como oficial maior e depois ficando com o cartório enquanto eu pagava três mil ele já tinha uma casa com piscina, enquanto eu ainda não tinha nada. Meu tio dizia que eu não gostava de nada, eu respondia que gostava de quase tudo, gosto de Direito, gosto de discutir, gosto de advogar, o que eu não gostava era daquele tipo serviço, me dava raiva. Ele não voltou, deixou o outro

no lugar dele e eu fui embora. Fui tratar da minha vida. Fui ser advogado. E meu tio dizia que eu não queria ser rico. Não é que não queria, simplesmente não quis fazer o que não gostava. O dinheiro não é tudo na vida. Por isso, depois, entrei para a magistratura, gostei, fiz dela a minha vida, o meu ideal. Concretizei.

**PERGUNTA: A sua especialização em Direito Penal na USP, à época, era um sinal definindo o seu campo de trabalho, era uma definição de uma vocação ou uma exigência do mercado de trabalho?**

**MINISTRO:** No tempo em que fiz a especialização, não só no campo do Direito Penal, como também no campo do Processo Civil, não era uma exigência do mercado porque era normal, naquele período, os advogados dedicarem-se, quase sempre, a um volume de causas de diversos tipos. Eram raros os escritórios especializados exclusivamente em determinados temas. Foi mais uma questão de vocação. Como gostava muito de Direito Penal, especializei-me, assim como em Processo Civil, dada a necessidade de tal matéria. Na realidade, não se tratava de uma exigência. Havia alguns advogados que se dedicavam mais à área criminal, mas não quero dizer com isso que também não trabalhassem da mesma forma que os civilistas.

Com o correr do tempo, fomos vendo a necessidade da especialização para melhor atendimento daqueles que recorressem aos profissionais, no caso. Hoje, penso tratar-se de uma necessidade premente a especialização em todas as atividades profissionais, não só no campo do Direito, mas em todas elas. No campo do Direito os advogados têm que se especializar, pois não há mais condições que se dediquem a todas as causas; podem até se dedicar, por questões de interesses de clientes, específicos de uma causa. Poderão atuar em casos diferentes, mas o grande volume de suas atividades estará voltado sempre para a sua especialidade. Assim também nos Tribunais, atualmente não temos mais condições de trabalharmos como antigamente.

Nos Tribunais, em regra geral, os juizes eram senhores de todas as matérias. Depois de muito tempo, foram divididos em Direito Penal e Direito Civil. O Civil abrangia tudo, compreendia o que, na realidade, não era civil; todo o aspecto, inclusive, comercial, e todas as outras teses jurídicas que não fossem próprias ao campo do Direito Penal. Hoje, a população cresceu muito, o número de causas é insuportavelmente grande e há a necessidade da especialização para a própria segurança da parte e, inclusive, para a própria agilização do Judiciário. Creio que os Tribunais Superiores, se tiverem uma superespecialização, será um dos fatores que contribuirão de forma extraordinária para a agilização da justiça. Não há dúvida alguma.

**PERGUNTA: Ministro Flaquer Scartezzinni, quem, como o senhor, conhece tanto de Direito Penal, julgou tantos processos, passa a penetrar profundamente na alma humana. Isso deveria fazê-lo uma pessoa**

**insensível, ou foi essa veia que o fez descobrir que, no fundo, a alma humana é boa? Não se trata fundamentalmente daquele princípio de Rousseau, mas sim da alma humana atual.**

**MINISTRO:** Não, não vou dizer que o homem nasce bom e a sociedade o corrompe, como a tese de *Jacques Rousseau*, mas não há dúvida de que a sociedade e o meio ambiente têm grande influência na formação do caráter da pessoa.

Para o Direito Penal, que é um Direito que lida muito com os interesses diretamente ligados ao ser humano, à sua liberdade, que é efetivamente o que o homem mais preza, enfim, à sua liberdade, tanto física como de consciência, cabe a ele, normalizar, reger e disciplinar e, por isso, o penalista tem assim uma proximidade muito grande com as pessoas – e quando advogado, recordo-me bem (militava muito na área penal, principalmente no Tribunal do Júri) da conversa que eu tinha, às vezes, com aquele cidadão que ia defender porque tinha, ou ameaçado ou tirado a vida de alguém; saber quais eram as razões que o tinham levado a isso e com essas motivações que contavam, às vezes, nos aprofundávamos no estudo da alma do ser humano para saber quais as justificativas, embora não considere nenhuma delas válida para tirar a vida de alguém, mas sempre há algo que possa esclarecer as razões que o levaram à prática daquele fato delituoso –. Ao assim agir, o penalista tem a obrigação de ter conhecimentos mais profundos sobre a pessoa que está sob a sua tutela na defesa e nos interesses da sociedade e acaba se aproximando, então, do conhecimento e da alma daquele. Este, digo eu, aquele que, na realidade, faz da profissão uma verdadeira missão a ser cumprida, não aquele que tem interesse exclusivamente nas partes financeiras e, infelizmente, existem alguns, que querem ser o maior beneficiado.

**PERGUNTA:** O Brasil tem presos demais. O Senhor poderia nos dizer algo sobre o seu projeto de prisão albergue, de prisão domiciliar, na praticidade ou na viabilidade de ele vir a ser aplicado no Brasil, de uma forma mais abrangente, que atenda às necessidades?

**MINISTRO:** Entendo que a sua pergunta é sobre as penas alternativas. Acho que elas devam existir. Hoje, o mundo moderno e a sociedade, exigem. Não há dúvida nenhuma de que a prisão, a pena privativa de liberdade cumprida na prisão está começando a ser ultrapassada; deve ficar para os casos mais graves, em que o apenado tem que ser afastado da sociedade, deve ser retirado do seio social, com o intuito de recuperá-lo para que seja ressocializado, para que ele possa ser reintegrado ao quadro social com a possibilidade de um bom convívio. Isso em casos específicos e excepcionais, nos casos mais graves. Houve casos de uma pena alternativa ser muito mais benéfica e trazer melhores resultados para a reintegração do homem no ambiente social do que a pena privativa de liberdade.



Devemos ter penas pequenas – há poucos dias a imprensa noticiou um caso em que um homem esteve preso durante muitos e muitos meses no convívio com péssimos elementos de teor mais elevado de criminalidade, até com o perigo de prejudicar a sua forma de ser. Neste caso se aplica perfeitamente o pensamento de *Jean Jacques Rousseau*, de que a sociedade pode corromper – e, de fato, um ambiente nefasto dessa natureza, um homem que não tem condições econômicas para viver na sociedade e começa a ouvir todas aquelas barbáries, acaba sendo prejudicado e prejudicando a própria sociedade. Então, com relação às penas alternativas, tenho visto juizes que têm aplicado penas maravilhosas, seja de prestação de serviços à sociedade, à coletividade etc.

Havia um juiz que aplicava as penas e, nas penas que ele aplicava, determinava, em casas pequenas, a entrega de cestas básicas, de acordo com as condições financeiras, uma ou duas cestas básicas por mês, enfim, aquilo que ele percebesse nas condições possíveis de ser realizado. Mas há aqueles que não tinham condições, então ele estabeleceu uma pena que achei muito curiosa e muito inteligente: estes eram os entregadores das cestas básicas para as pessoas que necessitassem. Quer dizer, uma pena alternativa de interesse social, que fazia o homem útil à sociedade, ele acabava prestando o serviço, conhecendo o problema social que ele não conhecia, enfrentando e procurando solucionar aquilo que ele nunca tinha pensado.

Portanto, melhor do que colocar esse homem numa cela e ficar ali inerte, porque o grave problema que temos no Brasil, no cumprimento das penas privativas de liberdade, é que o espaço físico inexistente para tantos casos necessitados de recolhimento. Por sua vez, o homem acaba ficando no ócio, o detento não tem o que fazer, não tem condições de trabalho, porque são tantos que não há condições. Temos a Casa de Detenção de São Paulo que é um exemplo líquido disso. Lá o detento que consegue uma atividade laboral é um cidadão premiado, privilegiado, porque os outros ficam o dia inteiro nas celas, naquela ociosidade; e sabemos que o ócio é o inimigo número um da perfeição, porque quem não tem o que fazer acaba fazendo o que não deve.

**PERGUNTA:** Quero aproveitar a pergunta, que vem a calhar: e a pena de morte? Fala-se muito hoje, devido à criminalidade que tomou rumos drásticos.

**MINISTRO:** Vou ser franco: ainda não me convenci. Sei que há crimes bárbaros, sabemos, por exemplo, que há indivíduos que cometem barbaridades, atrocidades e uma série de violências inomináveis está correndo pelo país. Recordo-me ainda de um crime de que fui Relator: estupro, atentado violento ao pudor, tendo acontecido primeiro, o roubo, o assalto seguido de estupro, uma coisa bárbara, e homicídio. Quer dizer, a gente fica olhando um homem desse tipo e chega a concluir que isso não tem cura. Acho que, primeiro, deveríamos fazer uma tentativa. Kiepling dizia: “O incurável não existe; o que existe é o

desconhecimento da ciência que possa levá-lo à cura." Acredito que possamos tentar. Acho que a pena de morte é muito perigosa, porque basta você ter a infelicidade de aplicar uma pena de morte a alguém por engano, por uma falha, para justificar que ela não prevaleça mais, e pode acontecer, o ser humano pode falhar. Tenho muito medo da pena de morte. Mas, hoje, temos que modificar a pena para esses casos mais graves. Temos de alterar, ver o que poderíamos fazer. Talvez um estudo mais profundo no campo da Psicologia, da própria Psiquiatria, do próprio Direito, no campo da Sociologia. Temos que fazer uma integração completa, um estudo perfeito para vermos quais seriam as penas para esses casos mais graves, que deveríamos convenientemente aplicar em benefício da sociedade e em benefício da ressocialização do indivíduo. Acho a pena de morte um pouco temerária.

O Brasil é um continente muito grande, e temos lugares onde ainda o conhecimento humano é um pouco falho, e as cautelas não são devidamente levadas a sério. Tenho receio de que amanhã se comece a aplicar penas desse tipo, levando a erros judiciários muito grandes. Por isso acho que é preferível que aguardemos mais um pouco. Acho que ainda não estamos preparados para pensar na pena de morte. Para mim, um erro judiciário seria suficiente para abolir a pena. Tivemos um caso muito grave, já tivemos a pena de morte e foi abolida por causa de um erro judiciário. Então terminou-se com a pena de morte exatamente por um erro: um cidadão que foi condenado à morte e não tinha cometido delito, e a pena foi cumprida. Temos que tomar essa cautela; acho muito perigoso. Quantos casos vemos – a imprensa noticia –, em que pessoas são condenadas e depois, mesmo cumprindo vários anos de prisão, temos a possibilidade de saber que não se cometeu crime algum. Um caso famoso no Brasil é o dos Irmãos Naves. Se tivéssemos a pena de morte, os dois seriam condenados à pena de morte, e teria sido aplicada a lei. E depois, como essa sentença ficaria? Vejam, portanto, o perigo da pena de morte.

**PERGUNTA: A ascensão à Magistratura dos Tribunais Superiores, vez outra, tem contado com protetores. Isso macula a tão ilibada função? Tem uma solução para resolver a questão da lista tríplice, que deixa à disposição do Presidente nomear esse ou aquele ao cargo, Ministro?**

**MINISTRO:** Não creio que macule o problema de ser escolhido ou não pelo Chefe do Executivo por uma lista tríplice, não deixa o cidadão com débito. Por outro lado, há sempre um aspecto moral que o prende a pessoa. Acho que, hoje em dia, a melhor forma seria nos dedicarmos, de uma vez por todas e seria para o Poder Judiciário mais fácil e a escolha mais correta, se o próprio Poder Judiciário, ao elaborar as listas, escolhesse dentre aqueles que conhece pelos trabalhos prestados como Magistrado ou como Jurista para o desenvolvimento de suas atividades, que pudessem chegar ao Tribunal, e, se nessa escolha, pudesse o próprio Poder Judiciário determinar aquele que devesse ocupar o cargo. Seria restrito ao Poder Judiciário escolher seus próprios membros. Seria uma situação



muito mais cômoda para o Poder Judiciário. Então, poderíamos criar critérios mais objetivos. Os critérios subjetivos é que levam ao protecionismo. Então, esse problema seria mais fácil com os critérios objetivos: trabalhos desenvolvidos, atividades profissionais, zelo profissional, que seria sopesado; portanto, elementos objetivos maiores, esses que deveriam ser levados em grande consideração. O Tribunal, então, poderia escolher, e o próprio Poder Judiciário indicar aquele que devesse prosseguir nas suas atividades.

**PERGUNTA: O homem de toga e o homem na Corte são duas pessoas. Voltando para casa, retoma seus hábitos, sua estatura, seu rosto, que ali deixara – como dizia La Bruyère. É comum o Magistrado, ainda hoje, viver essas duas situações?**

**MINISTRO:** Entendo que não. O Magistrado deve ser uma coisa só. Com a toga ou sem a toga, é a mesma pessoa. E acho ao contrário: a toga não deve transformá-lo. Ao vesti-la, deve ser o mesmo homem sem ela, o seu procedimento deve ser o mesmo. Costumo dizer aos jovens juizes que eles só são juizes por um motivo muito simples: porque são iguais a todos. O juiz não pode ser diferente de ninguém, ao contrário. Portanto, só por isso ele tem condições de conhecer os problemas que afligem aqueles que vivem no seu meio ambiente. O juiz, por esse motivo, tem que ser o profissional mais humilde; não deve insistir na vaidade, e, a humildade deve constituir a sua personalidade maior, porque só assim ele será bom e capaz de discernir os problemas que lhes são afetos nas intrigas ou nas brigas entre as partes que recorrem ao Poder Judiciário.

**PERGUNTA: A exemplo das manifestações ocorridas durante a sua posse como Ministro no TFR – lemos nos discursos –, por onde o Senhor passou, manifestou-se um conquistador de verdadeiro séquito de amigos e admiradores. Ao se despedir do STJ, passamos a nos sentir órfãos. Explique essa sua peculiaridade de conquistador de amigos e admiradores; de sempre estar de bom humor, uma vez que, um magistrado passa a imagem de austero e impassível.**

**MINISTRO:** Uma vez, perguntaram-me: Você é juiz? Você sorri tanto, é alegre. Disse eu: Porventura o juiz deve ser triste? Tenho que alterar minha formação? Se eu tiver que alterar a minha formação, desisto de ser juiz. Porque sou um homem que, graças a Deus, sempre estive de bem com a vida. Minha vida não se constitui na matéria. Considero que há valores muito maiores que os valores materiais. Nunca fui um homem rico, pelo contrário, sou um homem pobre; minha origem é de um lar pobre, continuo nessa situação e sinto-me felicíssimo porque tudo aquilo que fiz, fiz com amor. Acho que o amor é a coisa mais importante na vida, ao qual devemos nos entregar e sempre seremos vitoriosos naquilo que realizarmos.

O magistrado deve ser um homem normal. O magistrado não deve ser diferente daquilo que ele é em outro local ou em qualquer outro momento de sua vida. Considero que o magistrado não pode ser diferente de ninguém. Fui criado desta forma: meus pais me ensinaram que eu era igual a todos; que na minha casa deveriam entrar todos aqueles que eram meus amigos, fossem eles de situação econômica boa ou precária, fossem eles de cor ou descendentes saxônicos; a todos, eu deveria dar o mesmo tratamento; a todos, eu deveria querer da mesma forma. Diante desse ensinamento que meu pai me deu, eu nunca quis, nem nunca soube, e, graças a Deus, não sei fazer diferença entre pessoas. Foram meus amigos os Ministros da Casa, todos. Graças a Deus! A quem estimo, admiro, aprecio e respeito. Mas foram meus amigos os funcionários todos, desde o mais humilde, desde aquele que passava no meu gabinete para apanhar a lixeira. Com todos eles, sempre tive a oportunidade de trocar uma palavra. Considero que é muito bom, porque, quando a pessoa é mais humilde, ela torna-se mais inibida e mais temerosa, e é exatamente aí que a gente que está numa posição maior é que deve descer para poder dar uma palavra de conforto, de carinho e às vezes até uma palavra de incentivo. Considero uma função muito boa, o juiz não perde por nada.

Sempre dizia e continuo a dizer, hoje, ao jovem juiz: Não tenham receio de receber as partes. Não vai alterar a consciência de vocês o fato de receber a mãe de um criminoso, porque, se vocês não receberem, vocês farão uma pessoa sofrer sem razão nenhuma. Recebam, e bem; conversem; escutem, porque é lógico que ela vai dizer que o filho é um santo, um beato; na maior parte das vezes, que merece até ser canonizado. Pode ser um facinora. Escute, dê uma palavra de consolo, porque é uma mãe, é uma sofredora numa situação dessa, confortem-na e julguem de acordo com a sua consciência e com a lei. Não mudem – porque não vai mudar –; o homem não muda, não sofram influência externa por esse motivo. Ânimo, não tenham receio; conversem com todos.

Recordo-me bem que, quando era Conselheiro da Ordem dos Advogados, estava representando a Ordem na instalação de uma comarca e ouvi de um corregedor, da época, uma frase que me chocou muito. Ele não percebeu que eu estava próximo, quando ele conversava com alguns juizes disse: "Lembrem-se que os advogados são seus inimigos". Aquilo me doeu. Tornei-me magistrado e recebi sempre a todos os advogados; com todos conversei; com todos troquei; e, com muitos e muitos aprendi muita coisa, porque muita coisa explicaram, contaram, que nos fizeram abrir os olhos para determinados pontos. Nenhuma dessas conversas alterou a minha posição, ou a minha maneira, ou a minha consciência.

Por isso que não vejo razão. Austeridade, o juiz deve tê-la, mas, austeridade não significa cara feia, não significa cara fechada, não significa virar as costas para os outros; virar as costas, fazer cara feia significa ter medo dos seus semelhantes. Aquele que tem medo do seu semelhante não pode enfrentá-lo e muito menos julgá-lo.

Certa feita, um homem perguntou a três sábios que estavam na sinagoga, como eles poderiam resumir o conteúdo da Bíblia.

- Podemos resumir.
- Mas eu quero que seja resumido num instante.
- Como assim?
- Fiquem apenas em pé sobre um dos pés. Cruzem a outra perna. E, enquanto tiverem assim, tentem resumir.

O primeiro, não tentou porque era impossível; o segundo, tentou fazer um resumo, não agüentou, colocou o segundo pé no chão; o terceiro, conseguiu resumir a Bíblia: "AMOR".

É esse é o resumo da vida, AME; ame o seu semelhante. O ódio não deve caber na cabeça de ninguém. O homem não tem o direito de odiar, só tem a obrigação de amar. Ame sempre; ame a todos, porque você terá, tenho certeza absoluta, a retribuição desse amor.

**PERGUNTA: De todos os processos que o senhor julgou, existiu algum que o marcou profundamente? Por quê? Caso ele tenha existido.**

**MINISTRO:** Foi um processo, recordo-me, de quando era Juiz de Primeiro Grau; marcou-me bastante.

Lembro-me desse homem, quando chegou ao interrogatório, preso em flagrante que era, porque era um bilheteiro da estrada de ferro e, na época, a competência ainda era da Justiça Federal. Cabia, a nós determinar; ele se apropriou do dinheiro da estrada de ferro em que trabalhava como vendedor de bilhetes. A princípio, foi descrito pelo Ministério Público e por duas testemunhas como um verdadeiro facinora, como um cidadão vulgar. Depois que eu o interroguei, constatei que se tratava um homem humilde, de um homem simples.

Ele me explicou que em um desespero – haviam dito que ele pedia dinheiro emprestado para todo mundo – pediu dinheiro emprestado e não conseguiu. Ele tinha um filho com um tumor maligno e que estava morrendo e precisava de medicação. Ele não arranjava o remédio, não arranjava o tratamento e não tinha dinheiro para nada. Pediu um empréstimo, vendeu o que tinha, não tinha mais o que vender. Ele me impressionou muito. Ele mesmo demonstrou e provou o que tinha sido a atitude dele. Acho que nenhum pai no mundo deixaria de fazer o que ele fez.

Aí, vi, uma dedicação extraordinária de um pai na tentativa de salvar um filho. Primeiro procurou todos os meios; quando não tinha mais, usou infelizmente de um meio mal, mas era o único que ele tinha; apropriar-se do dinheiro para poder comprar.

Teve um outro indivíduo que eu condenei. Uma condenação simples. Na época se condenava por contrabando, o que, aliás, era um erro gravíssimo que tínhamos na lei. O contrabandista que trazia uma grande quantidade de

mercadoria, que lesavam o fisco de uma forma extraordinária, tinha a mesma condenação àquele que trazia uma pequeníssima quantidade de valor insignificante. Nós não tínhamos condições, porque a pena mínima era de um ano, como ainda é, de reclusão. Mas na época não havia a possibilidade de deixar a pessoa em liberdade, uma suspensão condicional não se dava. Obrigava-se a cumprir a pena em uma prisão, e eu o condenei com muita pena. Passados alguns meses, graças a Deus, veio o indulto de Natal e ele foi beneficiado. Eu estava um dia na sala de audiências quando o escrevente me disse: "Doutor, tem um homem que está esperando o senhor há horas, quer conversar com o senhor. Tome cuidado que é aquele indivíduo que o senhor mandou para a cadeia". Terminei a audiência, e o homem entrou. Ele me deixou emocionadíssimo; ele veio me agradecer. Ele disse:

Doutor, o senhor salvou a minha vida, porque eu estava indo para o lado do crime. O senhor me atendeu aqui muito bem, e ouvi com muita atenção tudo que o senhor me falou. A pena que o senhor me deu foi muito certa, muito correta.

Ele me levou um presente, e eu não queria recebê-lo, fiquei sem graça. O presente que ele me levou era um pacote com cinco maços de cigarros Hollywood, porque eu fumava muito, e ele viu que eu fumava o cigarro Hollywood.

Não aceitar o presente talvez o ofendesse demais, porque ele fez aquilo com carinho; ele fez aquilo com bondade; ele queria mostrar a satisfação íntima dele. Recebi os cinco maços de cigarros. Depois vim a encontrar esse homem, e ele venceu na vida. Deus deu a ele um destino completamente diferente e bom.

Isso são coisas pequenas que me marcaram. Penso que a vida do juiz é muito marcada, principalmente do juiz criminal, pois acontecem muitos casos desta natureza. Também no Cível existe, mas em menor número do que aqueles que encontramos no campo do Direito Penal.

Neste Tribunal, julguei um mandado de segurança em que um rapaz havia feito um concurso, mas não havia apresentado o diploma na época da inscrição. No estado onde ele estava, o Tribunal de Justiça entendeu que ele não tinha direito, porque o edital determinava que ele deveria estar na ocasião da inscrição já com a situação determinada. Esse processo correu, e eu o levei ao Plenário. A princípio, examinei e vi que a decisão do Tribunal de Justiça estava muito tranqüila, e ela poderia facilmente ser mantida pela Corte. Mas me impressionei muito com o caso. Comecei a examinar o caso também pelo lado humano, além do lado legal, porque entendo que cabe ao juiz interpretar a lei. A maior vocação do juiz é exatamente a interpretação da lei de acordo com o espírito da própria lei. Tratava-se de um rapaz pobre, muito pobre que prestou concurso para a Faculdade de Direito. Ele trabalhava à noite com uma jornada extremamente grande para poder se manter, para poder estudar. Formou-se com muito sacrifício, estudou muito, fez o concurso e foi aprovado, se não me falha a

memória, com a melhor nota do concurso. Ele já havia terminado o curso quando fez a inscrição, ou melhor, faltava uma matéria. Ele obteve uma liminar e fez a inscrição. Muito antes da prova, ele estava com todo o curso terminado, com notas excelentes, aprovado com louvor. Quando começou o concurso, ele tinha condições, como teve, de apresentar o diploma. Nessa altura, feito o concurso, foi aprovado em primeiro lugar. Não achei justo que o moço nessa situação não pudesse assumir o cargo. Mostrei esse caso aos meus Pares. Mostrei que o problema maior era que ele deveria ter toda a situação definida no momento do exercício da atividade profissional e não antes. Essa tese vingou, e hoje ela existe no Tribunal. Foi um caso que levei a modificar e foi graças a Deus modificado.

Também no campo do Direito Penal tive um outro caso que coube a mim o primeiro voto, o voto iniciador. Foi no caso das contribuições não recolhidas ao Instituto de Previdência, que é a apropriação indébita. O parcelamento tinha que ser parcelado e pago antes, não poderia ser antes da denúncia. Foi quando entendi que o problema maior daquele cidadão.

O crime de apropriação indébita só existe quando há vontade consciente da não devolução do dinheiro. Então há a apropriação. Portanto, ele só é punido a título de dolo. Não existe a modalidade culposa no crime de apropriação indébita. Entendi o seguinte: desde o momento em que ele lesou e não teve condições de pagar, reteve aquilo e não teve condições, mas mostrou disposição plena, vontade plena de efetuar o pagamento, evidentemente isso ocorreu antes até de ter sido acusado, de ter sido denunciado, não podia ser considerado como criminoso, como praticante do crime de apropriação indébita.

**PERGUNTA:** O brasileiro, hoje, está muito penalizado. O governo atual cobra demais, tem inflação, essa coisa toda. As instituições de classe, como, por exemplo, a OAB, têm apresentado projetos para minimizar essa questão? Hoje mesmo estamos ouvindo que a tônica do Congresso, agora, vai ser o combate à pobreza. O Sr. tem alguma sugestão a respeito?

**MINISTRO:** O combate à pobreza deveria ter existido sempre. Oxalá estivéssemos não combatendo a pobreza, mas vencido a batalha contra a mesma. Esse combate está vindo um pouco tarde. É que estamos também, hoje, sobrecarregados – e isso é que tem causado um transtorno à sociedade – com um volume de impostos extraordinário. Impostos e taxas que chegam quase às raias de 50 tipos diferentes. Então, estamos em uma situação bastante difícil. Mas tudo isso também deve-se à essa situação difícil pela qual atravessa o país. O governo, então, procura encontrar a melhor forma possível para solucioná-la. Não tenho visto ainda apresentação de grandes propostas. Tenho visto séries de pontos de vista de A e de B, mas propostas efetivas que pudessem ser levadas a bom termo e trazer benefícios ainda não vi. O país atravessa uma situação difícil. Precisávamos controlar a inflação – o que foi válido, do contrário, é lógico que, com a inflação, com a qual vivíamos, era impossível, era insuportável a vida –



mas, o fato é que, o que exigiu-se em troca dessa quebra de inflação está sendo um pagamento muito rigoroso para a sociedade. O desemprego está grassando de uma forma extraordinária. A recessão é um fato, e isso está nos deixando bastante temerosos com o que possa ocorrer. Não sou economista, mas creio que se tivéssemos começado a derrubar a inflação um pouquinho mais vagarosamente, paulatinamente, para não permitir o desemprego que está grassando, talvez, o resultado hoje, estivesse melhor do que está. Nunca dediquei-me a este aspecto, mas esse é o meu ponto de vista.

O Brasil hoje, não só ele, mas o mundo todo, está em grandes dificuldades. Estamos vendo um aumento da população, dificuldade hoje maior ainda, porque o desemprego está muito grande, e, cada vez mais e mais pessoas passando por privações. Hoje, temos que considerar; esse é um dos fatores que está levando pessoas para o campo da criminalidade. Temos crimes contra o patrimônio, sendo praticados por pessoas em desespero, por causa dessa situação. É evidente, que esse é um número, graças a Deus, reduzido, mas já existe.

Não, não sei como vamos fazer. Acredito que o governo esteja se empenhando, como está, com boa vontade para chegar a uma conclusão, a uma solução boa para a sociedade.

**PERGUNTA:** Então, está, ainda, dentro daquela maneira de como o senhor cresceu e aprendeu; de ser um conquistador de pessoas, de amigos. Isso é uma coisa que o senhor assume?

**MINISTRO:** Não me considero conquistador de nada. Apenas sempre fui desta forma. Sempre gostei muito de brincar, de conversar com todos.

Há uma coisa que é muito importante. Não é para resposta, mas para você ter na sua cabeça: quando você se aproximar de uma pessoa, procure sempre chamá-la pelo próprio nome. A poesia que melhor soa no ouvido de uma pessoa é o seu nome sendo chamado. Nunca se esqueça disso. Se você chamar a pessoa pelo nome, as portas se abrem.

**PERGUNTA:** É como agora: a arrumadeira do quarto apareceu e o senhor a chamou pela nome. Eu vi o senhor falando com o garçom, batendo-lhe às costas e chamando-o de Doutor, numa forma amável. Então, é isso?

**MINISTRO:** Eu sempre fui assim. Não vou mudar agora, no final da vida, não posso mudar mais. Não há como mudar o que fiz a vida inteira.

**PERGUNTA:** E agora, também já deixou a cara feia de quando exercia a judicatura.

**MINISTRO:** A cara é feia pela própria formação física.

**PERGUNTA: Qual a posição do professor Scartezzini?**

**MINISTRO:** É difícil. Você tem que fazer uma brincadeira para poder transformar os seus alunos. Eu brincava muito com meus alunos na sala de aula e dizia para eles que eu sempre ficava naquela posição para estar mais próximo de todos, porque o último aluno também estaria tão perto quanto o da primeira fila. Então, é uma aproximação e não uma separação. É para que ele possa captar a atenção de todos. Esse foi o meu princípio. Eu conversava com meus alunos, dava aulas, explicava e nunca esquecia o problema de repetir.

Como a minha matéria era Penal, eu dava aulas no segundo, terceiro e quarto anos, e estabeleci – àquela época, no departamento, consegui a aprovação – que os professores acompanhassem as turmas. Penso que o professor deve pegar a turma no primeiro ano de Direito Penal e ir até o final, porque a parte geral é muito importante, a parte mais importante é a da parte geral, que é dada no primeiro ano. Então, a gente tem que marcar muito, fazer o aluno repetir, fazer com que ele compreenda aquilo. Às vezes não é possível concluir a matéria naquele período, mas se você vai prosseguir por mais dois anos, não tem problema nenhum, você paralisa e no ano seguinte continua do mesmo ponto e você acaba a matéria inteira. Então é muito mais interessante para eles. Os colegas concordaram e nós fizemos.

Penso que o professor tem a obrigação de descer, de ficar junto com o aluno e com ele subir. No primário você é obrigado a fazer isso. E o vício do primário, pode ser da mesma forma para o curso superior. Então, quando eu chegava na sala de aula, conversava com os alunos, discutia, chamava, perguntava, pedia que me dissessem como estavam indo e isso me aproximou muito dos alunos, me aproximava bastante deles. Meus alunos sempre me homenageavam. Eu dizia: “Olha, vim aqui para dar aula, não vim para ser homenageado.”

Apreendi muito com eles. Aqueles jovens me ensinaram muito.

Nunca me esquecerei na minha vida. Eu estava com um parente, minha primeira esposa, no hospital, e eu, com muita dificuldade, fazendo aquela despesa, hospital muito caro, operações caríssimas, porque era um problema de coração. Na época estava começando e tudo era muito caro. Então, ela precisava de muito sangue e um litro ficava por volta de três mil cruzeiros. Era dinheiro que não acabava mais para mim. Tinha que empenhar o que pudesse e fazer o que pudesse. Qual não foi meu espanto, quando cheguei no hospital para vê-la, a recepcionista me chamou e disse: “Olha, quero dar para o senhor este cartão aqui. Para o senhor doar para quem precisar o sangue que tem a mais.” Porque precisava repor, no mínimo, o dobro do sangue, e os meus alunos, quando souberam, não falaram nada. Foram todos e doaram todo o sangue que precisava e em muito mais quantidade. Então, fiquei com o cartão para fazer doações. Disse que gostaria que fosse aquele sangue doado para a pessoa que



tivesse menos condições de pagar. Para o mais pobre que precisasse ou dividido entre eles.

Com isso adquiri uma lição de vida muito grande. Meus alunos me ensinaram. Na vida, a gente aprende muito com as pessoas. Temos que lembrar que servir é importante. O homem sempre deve servir. Ele serve aos filhos, educando os filhos. É como o professor que serve ao aluno. É como a autoridade, cuja função máxima é servir. Isso é que a autoridade precisa aprender. Ela não tem que ser servida. Ela existe para servir. O homem só é homem em sua verdadeira função quando serve. Acho muito importante isso na vida.

**PERGUNTA: O Sr. fez uma conferência sobre a Consolidação da Lei Penal Ecológica. É difícil desenvolver a consciência do respeito ao meio ambiente; é difícil elaborar, aplicar uma lei dessa natureza?**

**MINISTRO:** Hoje, não. Hoje já estão mais conscientizados.

Na época em que fiz essa palestra – foi, aliás, um trabalho que fizemos com o Itamaraty, antes da ECO-92, inclusive com o meu Colega Cernicchiaro; convidamos várias autoridades em questões ambientais da Inglaterra, de Portugal, da Espanha, da Itália, da França, para participar desse encontro, um encontro restrito àqueles que estavam ligados ao assunto, ou de sociedades não-governamentais ou pessoas ligadas ao governo. Tivemos uma vantagem muito grande. Esse encontro foi bastante agradável e teve sucesso. Nós o realizamos no próprio Itamaraty.

Na época era muito difícil, porque tínhamos algumas normas esparsas, algumas leis tratando da questão ambiental, mas muito difíceis. Penal, então, era uma pena aqui, uma multa ali.

**PERGUNTA: Como se realizou?**

**MINISTRO:** Depois disso, talvez até por causa desse encontro, houve um encontro de reitores das universidades, em Sergipe. Se não me engano, o nome da associação deles é Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras, e eles me convidaram para falar sobre o assunto. E eu estive lá falando.

Na época era muito difícil; eu propunha, no campo penal, uma consolidação para que pudéssemos acertar.

Recordo-me bem que foi exatamente nessa época que surgiu uma norma qualquer que resolveu modificar de uma forma tão drástica a sanção, que passou a ser reclusão com impossibilidade de fiança. Era um caso tão grave que deu aquele problema do homem do passarinho, conhecido em todo o Brasil: o coitado do cobrador que pegou um passarinho para comer, porque estava com fome e não tinha dinheiro. E tornou-se crime infiançável. Quer dizer, se um cidadão matasse um ser humano, ele não iria para a cadeia; agora, matou um passarinho,

não dava para sair. Achei aquilo um absurdo tão grande, que eu precisava fazer uma consolidação para que se conhecessem todas as sanções que estavam se pretendendo, para que, numa lei única, pudéssemos traçar uma matéria para não deixar esses erros começarem a existir desde o início. Comecei a fazer um trabalho científico.

Hoje a matéria se desenvolveu bastante. O direito ambiental é uma realidade. Temos várias normas que regem a matéria, e é uma proteção da fauna e da flora. O que não temos é uma fiscalização necessária para o cumprimento dessas regras; mas hoje já temos. Talvez, uma ou outra mereça um reparo, uma modificação, pela circunstância que possa se apresentar. Hoje é um direito que pode ser levado.

**PERGUNTA: O Sr. foi daqueles alunos difíceis, ou daqueles certinhos, de boas notas? (Risos)**

**MINISTRO:** Fui um aluno nem da esquerda, nem da direita; fui do centro. Ou seja, eu procurava entender a matéria, compreender a matéria; graças a Deus, tirei boas notas, mas nunca me preocupei em ser destaque. Alguma vez consegui destaque em alguma nota, mas não era minha preocupação. Minha preocupação era entender.

Então, brinco muito, porque não era nem de esquerda, nem de direita, mas da linha do centro, ou seja, daqueles que queriam compreender. Graças a Deus, saí-me muito bem.

**PERGUNTA: A sua formação, no primário e no ginásio, sob orientação dos Irmãos Maristas, ajudou na sua formação moral, religiosa e intelectual? Teve uma grande influência?**

**MINISTRO:** Completa. Teve uma influência muito grande. Eram grandes mestres, grandes professores, e uma disciplina que me deixou impregnado para o resto da vida. No tempo de escola, além das matérias curriculares normais, que todas as escolas tinham, tínhamos uma aula chamada de aula de civilidade, que era obrigatória, além da aula de religião. A aula de civilidade mostrava o comportamento que deveríamos ter na sociedade nas mínimas coisas: como cumprimentar uma senhora; como se dirigir a uma autoridade. Eles nos ensinavam tudo isso, ou seja, coisas que não se ensinava na época. Então, isso se constitui uma grande contribuição para nossa formação e para a nossa razão de vida.

As aulas de religião não se limitavam apenas a questões de ler ou ensinar orações; eram aulas completas, eram aulas de moral, porque davam exemplos curiosos sobre aspectos de vida moral. Isso ajudou muito na nossa formação. Todos os que estudaram no Colégio Marista, – onde só existiam religiosos, porque não havia professores leigos, só religiosos –, tiveram uma formação muito boa.

Saí desse Colégio com muita saudade e estou muito satisfeito de ter feito o primário e o ginásio lá. Fiz um ano de curso de Colégio, só não continuei porque queria fazer Curso de Direito e eles não tinham, na época, o curso clássico. Afeiçoei-me muito com o colégio, com a escola, embora a disciplina fosse rigorosa, a disciplina era muito rigorosa, mas nos habituamos a ela, também não era difícil, embora muito rigorosa, acabávamos contornando muito bem. Todos saíram muito bem, pelo menos meus colegas de turma da época, vejo-os hoje, graças a Deus, todos numa situação razoavelmente boa perante a sociedade, todos praticamente triunfaram. Acredito que grande parte desse triunfo se deve à formação que recebemos.

**PERGUNTA: O Sr. é uma pessoa muito prática, ou seja, ligeira para resolver as coisas?**

**MINISTRO:** Procuo ir ao âmago das questões. Entro logo e resolvo, não gosto de falar muito, quero que as coisas sejam práticas e se resolvam da melhor forma possível e o mais rapidamente possível.

**PERGUNTA: Esta praticidade é devido a sua formação de penalista?**

**MINISTRO:** Isto é um complexo de coisas, talvez pela minha própria personalidade, porque gosto de decisões rápidas, talvez pelo ensinamento que tive e, também a minha especialização dentro dessa área me obrigava a ser muito ligeiro, porque no campo penal não se pode deixar nada para o dia seguinte. Temos que correr um pouco. Ao entrar com um *habeas corpus*, há que ser uma medida urgente, como o juiz penalista também não pode demorar – tem que julgar na hora o *habeas corpus* – sem deixar para o dia seguinte, senão podem postergar. Não pode levar o processo para casa e ficar segurando. Se tem réu preso tem que ter pressa, não pelo prazo, mas pela própria razão de ser, tem que decidir o mais rápido possível. Talvez por tudo isso tenha contribuído.

**PERGUNTA: O senhor teve uma carreira brilhante. O senhor sente-se feliz, sente-se realizado profissionalmente, ao deixar o Tribunal e ir cuidar da sua vida pessoal, estar mais próximo e dedicado aos netos, aos filhos e à esposa?**

**MINISTRO:** Respondo da seguinte forma: se eu tivesse que começar a vida, faria tudo de novo, da mesma forma que fiz. Sinto-me gratificado, sou muito temente a Deus. Deus me deu muito, não sei se Ele me deu mais do que eu merecia, portanto, eu me sinto realizado. Deixei o Tribunal com muita saudade, não perante o serviço, mas muito mais pelas amizades que fiz com todos aqueles com quem convivi durante quase dezoito anos. Funcionários, Colegas, amizades, um ambiente de trabalho sadio e satisfatório me trazem muitas saudades. Mas a saudade não é tristeza, porque saudade as vezes representa até alegria, porque

ela nos faz lembrar de passagens gostosas que tivemos durante a vida. Infeliz daquele que não tem saudade, porque não tem lembrança das suas passagens boas.

**PERGUNTA:** Para alguém que está começando sua carreira agora, que está saindo de uma faculdade de direito e tem essa pretensão de ser juiz, que conselho o Sr. daria?

**MINISTRO:** Estude, compreenda os homens. Ame o que faz, sobretudo, ame a profissão que abraçar. Seja muito humilde. Seja sempre igual a todos, para que possa compreender os problemas dos outros. Ninguém compreende o problema alheio se não tem vivência naquele meio ambiente, sem que não tenha sequer passado pelas mesmas situações. Portanto, todo juiz que vai iniciar tem que se lembrar disto. Se ele é juiz, tem que estudar muito, mais do que isso, para que ele tenha bom senso que é a maior base para o bom juiz, o bom senso, o principal alicerce da estrutura do juiz e esse é trazido com essa convivência, com essa semelhança com os outros seres humanos daquele contexto social. Por isso, digo que o juiz tem que ser humilde para que compreenda bem os problemas de todos e possa então entender e solucioná-lo.

**PERGUNTA:** Só uma curiosidade: O nome Scartezzini tem alguma ascendência estrangeira recente?

**MINISTRO:** Tem, mas não recente. A família, logicamente, o Scartezzini é italiano. Os Scartezzini são do Norte da Itália, daquela região Bréstia, ao norte de Milão. É uma família curiosa porque ela é originária dali, porém meus ancestrais diretos, quer dizer, mais próximos, vamos assim dizer, viveram no Norte da Itália, numa época em que o Norte da Itália era uma região diversificada, pertencia ao Império Austro-Húngaro a que pertencia a Itália e a minha família. Vamos dizer diretamente, meu tetravô, meu bisavô, meus tios avós, todos foram radicados na época em que pertencia ao Império Austríaco e foram para Viena. Meus tios avós todos nasceram em Viena. Meu bisavô nasceu em Viena, então, embora de descendência italiana, como ficaram em Viena, nasceram em Viena. O único que nasceu no Brasil foi meu avô, porque ele nasceu no interior de São Paulo, os outros tinham nascido em Viena. Embora os Scartezzini sejam italianos eles nasceram, moraram e viveram em Viena, falavam inclusive o alemão.

O outro lado é brasileiro mesmo. Brasileiro e descendente de espanhol. Não tenha dúvida que também tem um portuguêsinho. Tenho o Oliveira, o Mascarenhas. Minha avó era Mascarenhas, a outra avó era Oliveira. Como todo brasileiro somos originários de um bocado de raças, principalmente na região do Sudeste do Brasil, onde a corrente migratória foi muito grande, aí todos nós temos influências, é difícil você chegar e encontrar alguém que seja como na Região de

Goiás, na Região de Minas Gerais, porque é mais fácil, por ser mais afastado desse ciclo de território de superfície migratória. Então, ficaram mais afastados. Essa influência, essa simbiose foi mais difícil. No Sul, no Sudeste isso foi mais fácil: encontramos um número grande de brasileiros que têm ascendência italiana, alemã, ou seja, uma mistura de raças muito grande.

**PERGUNTA:** Na despedida do Ministro Hélio Pinheiro, o Sr. usou dele os cadernos do ginasiano, do início dos anos de 1930?

**MINISTRO:** Tem algumas coisas curiosas como a forma de ser deles. Uma verdadeira poesia aqueles cadernos contavam, a partir daí fiz a relação atual dos pontos de vista dele e fiz a construção. Isso deixou-me muito emocionado porque, quando mandou a carta é o substério de todos os Colegas, um por um. Ele cita o nome de um por um, diz o nome de cada um. Ele não falou no meu nome, todos estranharam. Só que ele deixou por último e disse que queria falar de um colega que não é mais seu Colega, porque é meu irmão. Isso me deixou tão emocionado que, quando ouvi aquilo, tremi na base, pois é um grande amigo, um homem direito, um homem correto, um homem inteligente, um homem bom.

**PERGUNTA:** Como foi, nestes anos, a Turma em que o Sr. trabalhou, no TFR e STJ?

**MINISTRO:** Tive uma aventura muito grande. Entrei em uma Turma no Tribunal e nela permaneci a vida inteira, nunca saí. Era a Terceira Turma. Quando entrei, era presidente o Ministro Carlos Madeira e membros da Turma: Torreão Braz, Adhemar Raimundo e eu; éramos quatro. Depois saiu o Torreão Braz, ficando o Adhemar Raimundo, o Carlos Madeira e eu. Então, o Helio Pinheiro passou a compor a Turma, e depois veio o José Dantas. Ficamos, portanto, com essa Turma: o Dantas, o Helio, o Adhemar e eu. Depois o Adhemar Raimundo foi embora. Continuamos Helio, Dantas e eu, então veio o Nilson Naves. Depois, já com a instalação do Superior Tribunal de Justiça, a Terceira Turma compôs a Quinta Turma inteira, com o José Dantas, o Costa Lima, eu e o Edson Vidigal, que foi o último a sair da Terceira Turma para constituir a Quinta Turma. Como éramos cinco, veio o Costa Lima e eu fiquei na Quinta Turma. Na realidade, a Terceira remanejou a Quinta, e permaneci dezoito anos na mesma Turma, daí a minha amizade com o José Dantas. No princípio, ele era meio inibido, não se aproximava muito, era meio refratário, conversava, mas não chegava muito. Eu notava isso, mas depois acabou sendo um grande amigo, chegou-se muito a mim. O tempo fez essa aproximação.

**PERGUNTA:** O Sr. tem um relacionamento muito intenso com várias instituições. A que tipo de instituições está mais relacionado?

**MINISTRO:** Às instituições jurídicas; pertencço a várias: à Academia Paulista de Direito, pertencço à Academia de Direito Criminal, à Sociedade Venezuelana de Direito Criminal, à Sociedade de Criminologia. O Instituto de Advogados de São Paulo me convidou para entrar como membro, sou Presidente da Associação dos Advogados. Pertencço a várias outras instituições.

**PERGUNTA:** Fale um pouco sobre sua família, dos seus filhos e da esposa.

**MINISTRO:** Devo muito a todos. Meu filhos, junto com minha esposa, foram meus incentivadores, e ela foi meu esteio. Ela largou tudo para ficar comigo durante dezoito anos aqui. Por isso, eu digo que gosto de Brasília, até gostaria de morar em Brasília, porque me sinto muito bem aqui, adaptei-me tão bem que até sinto saudade desta cidade, que tem qualidade de vida que outras não têm. Mas, não acho justo porque tirei minha mulher do convívio dos meus filhos e, agora, é a única chance que ela tem para voltar ao convívio dos filhos e dos netos. Não tenho o direito de exigir mais sacrifícios dela. Não tenho os filhos aqui, então é justo que eu fique onde ela quer ficar agora.

Confesso que fui premiado por Deus. Tenho uma esposa magnífica e tenho filhos maravilhosos. Agora tenho netos também, que me envolvem. Agora quero curtir um pouco os meus familiares.